

ESPAÇO PÚBLICO URBANO: Oportunidade de Identidade Urbana Participada

Marlene Duarte Francisco – Geógrafa UNL - FCSH  
Rua Luís Freitas Branco, n.º 42 Bloco A 3º A, 1600 - 491 Lisboa  
919153235 – marlene.francisco@mail.com

**Território em Análise ...**

A Cidade é “*um centro urbano cuja população, actividades e organização política lhe permite assumir a liderança de uma região (com um destacado nível cultural e oferecendo uma extensa gama de serviços)*” (COSTA LOBO, M., 1999: p. 13). “*Assume-se a cidade tal como hoje ela é, dispersa, fragmentada e policêntrica, mas ainda referenciada, talvez mesmo dominada, pela presença física e simbólica da antiga cidade contínua. (...) constituída por várias partes, cada uma delas com as suas especificidades. Trata-se, assim, de encarar a cidade numa perspectiva globalizante, mas considerando as suas diversas escalas territoriais*” (CARVALHO, J., 2003: p. 31).

Deste modo, Lisboa é uma cidade com carácter simbólico forte, desfruta de uma localização atractiva e centra-se num território desenhado por colinas e vales abertos sobre o rio, convidando qualquer um a deixar-se levar no tempo e nos seus múltiplos bairros e vivências próprias, pelo que será alvo de reflexões sobre a temática apresentada.

Face à inevitabilidade da competitividade urbana, Lisboa tem, cada vez mais, necessidade de renovar as bases competitivas com vista à prossecução de um modelo com futuro e com base no contexto europeu e internacional, de modo a colmatar dificuldades de alcance estratégico (que limitam o desejável equilíbrio entre a competitividade e a coesão urbana e social). Ademais, o redimensionamento quantitativo e qualitativo da cidade de Lisboa aponta para a eminência de se afirmar através de uma identidade, de uma imagem de conjunto, de um expressão, no fundo, possuir uma visão estratégica de desenvolvimento. Com base nesta visão, é possível criar essa identidade mas, mais do que isso, é possível criar um sistema de apoio à decisão, ou seja, fazer com que as decisões tomadas hoje construam uma cidade mais moderna e harmonizada para o amanhã.

**Identidade Urbana ...**

“*Actualmente, as cidades necessitam promover a sua identidade e as suas qualidades para se afirmarem e diferenciarem numa rede urbana cada vez mais competitiva.*” (BRANDÃO, P.; et all, 2002: p. 16). Assim, “*as características identitárias de um local, decorrem da forma como a população se relaciona com o ecossistema e se apropria do espaço, originando padrões de vida específicos que se reflectem na configuração da paisagem. Os locais memoráveis são aqueles que traduzem uma*

*interacção equilibrada entre o homem e o meio, ostentando uma identidade singular que as pessoas reconhecem facilmente.*” (BRANDÃO, P.; et al, 2002: p. 35). Portanto, segundo Jordi Borja e Zaida Muxí, “*cada uma das partes ou zonas da cidade tem um património de conjuntos e edifícios, de vazios e percursos, de monumentos e de símbolos, que são referências da sua identidade que devem, em parte, ser conservados e reconvertidos, para contribuir tanto para se guardar a memória como se dar um impulso para a evolução da cidade*” (BRANDÃO, P.; REMESSAR, A., 2000: p. 79).

Efectivamente, verifica-se que os “ (...) *espaços públicos enquanto símbolo duma urbanidade de memórias e identidades e, ainda hoje, instrumento territorial para a construção da personalidade urbana*” podem constituir-se importantes instrumentos de marketing territorial cujo ganho reside na promoção imagética qualitativa que são passíveis de deter. Logo, crê-se pertinente a incidência pormenorizada nos Espaços Públicos Urbanos (EPU) e suas características intrínsecas uma vez que tendem a permitir consolidar uma estratégia urbana de destaque territorial (a várias escalas).

### **Espaço Público Urbano ...**

O Homem, enquanto “ser social”, relaciona-se com outros indivíduos pertencentes ao seu “Habitat Natural” – a Sociedade. Deste modo, estas interacções processam-se nos EPU pelo que se constituem como elementos estruturantes e organizativos da forma urbana, permitem um funcionamento equilibrado do sistema urbano, apresentam um papel integrador ao permitir a ligação e continuidade territorial e funcional da cidade, fundam e consolidam laços sociais ao se constituírem “palcos” de manifestações várias (como as sociais) que contribuem para a qualidade de vida, individualizam-se como marcos de identidade da cidade, denotam simbolismo (político e cultural), ostentam funções variadas e usos específicos e acolhem utilizadores de grupos sociais diferentes (moradores, visitantes, turistas, e ademais utilizadores sob forma individual e/ou colectiva) que apresentam expectativas diferenciadas. Indubitavelmente, classificam-se como elementos qualificadores da colectividade tanto em termos materiais (urbanísticos, ocupação física) como também em termos imateriais (históricos, culturais, sociais, de identidade) que condicionam a vivência urbana.

### **EPU: Retrospectiva ...**

“*O espaço público deve ser considerado fundador da cidade (poder-se-á dizer em todas as épocas e em todos os regimes); no fundo, o espaço público é a cidade. (...)*” (INDOVINA, F.; 2002: p. 119). Contudo, existem opções feitas no Passado que não se coadunam com as vontades do Presente uma vez que o cidadão “ (...) *vive normalmente*

*numa cidade que não foi feita pelos seus contemporâneos, mas sim pelos antepassados; é verdade que a transforma e modifica, e que sobretudo a usa à sua maneira, descobrindo em si próprio a sua vocação peculiar; mas é, de imediato, uma realidade recebida, herdada, histórica”* (CHUECA GOITIA, F.; 1982: p. 34).

Considera-se, portanto, que a noção de EPU sofreu alterações que se materializaram na cidade de modos diferentes pelo que existem contrastes entre os espaços “tradicionais” e os “modernos” em vários aspectos como seja a superfície ocupada, estrutura, componente volumétrica, morfologia, uso, vegetação, pavimento, mobiliário urbano, entre outros. Assim, destaca-se a questão da ocupação por se constatar que esta tende a ser maior actualmente do que no passado já que “ *os espaços mais recentes ocupam, em média, mais do dobro da proporção da superfície ocupada pelos espaços tradicionais (...)*” (ALVES, F.; 2003: p. 32). No entanto, numa altura em que, cada vez mais se fala de sustentabilidade urbana, verifica-se que as novas formas urbanas “ *(...) parecem ignorar os conhecimentos acumulados pela Humanidade ao longo dos milénios, por forma a conquistar as melhores condições ambientais com o mínimo de recursos e energia, em muitos casos por critérios abstractos de composição volumétrica dos conjuntos edificados que resultam entre elas; ou então resumem-se apenas a parâmetros quantitativos – índices urbanísticos – com total demissão da concepção urbana de pormenor*” (ALVES, F.; 2003: 32).

A noção de urbanismo surge no Século XX e com ela diferentes modos de pensar e desenhar a cidade pelo que, nos anos 60 (“modernismo clássico”) deu-se o abandono do espaço público devido a uma perspectiva de implantação funcionalista do solo em que “ *a forma urbana não era gerada a partir da produção de uma estrutura de espaço público (...)*” (CASTRO, A.; 2002: p. 56), tendo como resultado prático a existência de um espaço público sem qualidade caracterizado pela monofuncionalidade, uso fragmentado, zonamento excessivo bem como pela sua forma física demasiado rígida. Todavia, por volta dos anos 80, esta maneira de pensar alterou-se por via do surgimento da concorrência urbana e com ela a necessidade da criação de espaços de excelência rumo a uma qualidade de vida urbana e um pensamento sustentável da mesma. Assim, passa a ser usual aplicar-se a noção de “nova cultura de cidade” para a nossa contemporaneidade, na qual o espaço público tornou-se “ *(...) um elemento de competitividade entre as cidades, já que se elevou o padrão cultural de expectativas e os termos comparativos da qualidade de vida*” (CASTRO, A.; 2002: p. 56).

No final do Século XX assiste-se, “ *(...) por um lado, a um retorno em força dos espaços públicos como elementos centrais dos projectos urbanos e, por outro lado, se*

*descobre que o espaço público gerando dinâmicas quotidianas essenciais pode ser um instrumento importante e profícuo de coesão social e material da cidade (...) ” pelo que se reconheceu que “ (...) o esquecimento da sua dimensão pública podia estar na origem da crise do laço social e da crise de cidadania que hoje se conhece ”. (CASTRO, A.; 2002: p. 56).*

Actualmente, pretende-se a criação de espaços singulares e significativos com vista a servir não só os habitantes locais mas também os urbanos e mesmo os de outras escalas (como a internacional) por via de uma projecção estética. Paralelamente a este protagonismo urbano, acima supracitado, a Sociedade alterou-se para um modo cada vez mais individual pelo que os EPU, ao constituírem-se como espaços de sociabilização da mesma, podem garantir um reforço do laço social. Ademais, verifica-se que os EPU ligam-se, extremamente, a componentes de recreio, lazer e consumo daí que, os mesmos, tenham perdido um pouco da sua essência (social e política) inicial, o reflexo do respectivo acompanhamento das mudanças comportamentais. Observa-se, deste modo, que “ (...) o uso dos espaços públicos mais tradicionais não correspondem aos modos de vida urbanos mais recentes e as práticas de sociabilidade muito marcadas pela festividade e se estes novos espaços, na maioria das vezes de natureza privada, apresentam condições atractivas e respondem àquelas novas formas de estar em público (...) ” (CASTRO, A., 2002: 64), então torna-se necessário adaptar os espaços (“tradicionais”) às novas necessidades e dar-lhes “vida” (animação), fazendo com que os “antigos espaços” ofereçam actualidade e se modernizem de modo a não se tornarem vazios completos.

A “nova cultura de cidade” é caracterizada pelos EPU que continuam a exercer as suas funções típicas embora possam sofrer mutações com vista ao seu aumento de versatilidade. Sucede, também, a proliferação de urbanizações que descuram a necessidade destes espaços ao considerar que os seus habitantes não os usam em virtude de passarem o dia fora de casa. Todavia, eles necessitam, igualmente, deles pois constituem o único modo de dar identidade a estes lugares, pelo que não se podem aniquilar, deverão garantir a livre fruição dos espaços e uma continuidade, e, ao mesmo tempo, ir ao encontro da criação de uma malha urbana coerente e agradável. Como tal, a própria forma do edificado deve ser considerada uma vez que existem diferentes alternativas de desenho urbano que se traduzem em espaços com características diferenciadas.

Os centros comerciais, enquanto novidade (urbanística, urbana e social) e marca primordial desta “cultura”, não se encontram, devidamente, enquadrados na malha urbana de tal modo que se pode questionar: “ *Que elementos constituem a identidade social*

*contemporânea? Poder-se-á reconhecer uma identidade colectiva nos centros comerciais, ou seja, um conjunto de aspectos físicos que os tornam semelhantes entre si e ao mesmo tempo originais, diferentes de outros espaços e neste sentido potencialmente perceptíveis como lugares? Como caracterizar a urbanidade dos centros comerciais por comparação com outros tipos de espaços públicos “tradicional”?” (CASTRO, A.; 2002: p. 63)*

A conjugação e articulação Passado / Presente nem sempre resulta, pacificamente, na cidade pois assiste-se, por norma, a uma falta de interligação entre espaços urbanos e, conseqüente, desarticulação com o EPU, a uma individualização da sociedade com privilégio de espaços privados em função da própria concentração de serviços num só edifício que leva à existência de edifícios isolados e periféricos da envolvimento urbana, embora atraiam um elevado número de utilizadores mas não de um modo integrador (em termos espaciais, funcionais e sociais).

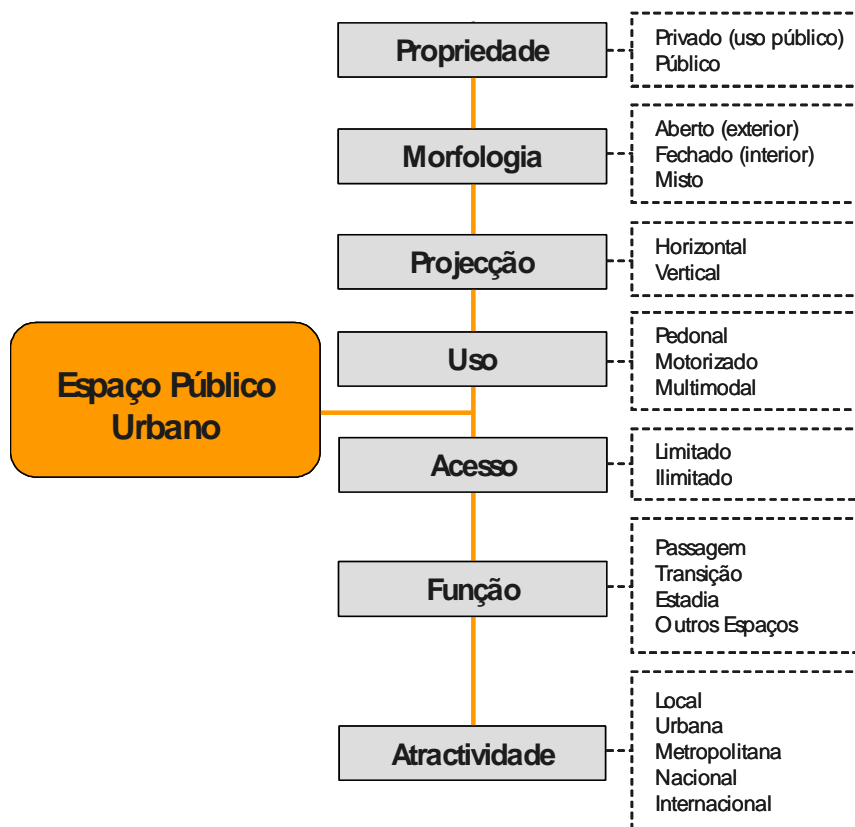
Assim, todo o acto de planeamento, com carácter de Futuro, “ *deve prever o diálogo entre os edifícios e o domínio público, entre o cheio e o vazio, entre o organismo edificado e os espaços que gera à sua volta* ” (ALVES, F.; 2003: 18, 19) uma vez que “ *toda a condição que reduza o uso dos espaços públicos é contrária à sua natureza.* ” (ALVES, F.; 2003: p. 32). A decisão deverá resultar de uma devida programação destes espaços com base na adequação procura/oferta que conclua ou pela requalificação dos EPU (de modo a que possam desempenhar, novamente, um papel de destaque na sociabilização urbana), a criação de novos espaços, ou os que possuem capacidade de adaptação a outras finalidades e funcionalidades devem ser reconvertidos e quando possível adaptáveis ao imprevisto pois quanto mais versáteis mais actuais eles são, logo mais utilizados serão numa Sociedade em mudança constante.

O Espaço Público Urbano, enquanto parte de destaque da cidade, constituído, contemporaneamente por formas herdadas do passado mas igualmente por contributos recentes, coaduna-se com a noção de cidade como algo sempre inacabado e passível de mudança em prol de acontecimentos vários e necessidades novas, daí que pode, e deve, ser constantemente ajustado.

### **EPU: Sistematização ...**

A notória diversidade e multiplicidade de elementos integrantes dos EPU origina complexidade (em termos de análise tipológica), pelo que considero vantajoso atender a uma perspectiva, especificamente, física e material como meio de se obter uma percepção mais objectiva e sintética da temática em causa. Ora, pelo facto dos EPU apresentarem tradução espacial e concretizarem-se de diferentes formas mediante uma especificidade

própria que os caracteriza e que os individualiza, podem ser classificados mediante parâmetros (sintetizados na Figura seguinte).



Assim, o EPU "(...) pode organizar um território capaz de suportar diversos usos e funções (...), ser um espaço da continuidade e da diferenciação, ordenador do bairro, articulador da cidade, estruturador da região urbana (...), referência urbanística, manifestações da história e da vontade do poder, símbolo de identidade colectiva" (BRANDÃO, P.; REMESSAR, A., 2000). A sua condição pública e de se considerar o espaço para além do domínio privado incute a necessidade de sistematização, pelo que considero grupos de categorias de espaço:

- (a) **Corredores e Elementos Estruturantes** – pontes, viadutos e túneis motorizados; avenidas; ruas predominantemente motorizadas; ruas exclusivamente pedonais; ruas de trânsito restrito; rotundas; passagens desniveladas pedonais (aéreas e subterrâneas), ciclovias; eixos ferroviários, entre outros;
- (b) **Estações e Paragens de Transporte Público** – rodoviário, ferroviário, marítimo, fluvial e aéreo;



- (c) **Estacionamento de Transporte Privado** – silos; parques de estacionamento; lugares de estacionamento;
- (d) **Praças, Largos e Passeios** – praças e pracetas; largos; passeios;
- (e) **Espaços Comerciais** – centros / núcleos comerciais; mercado e largo de feiras;
- (f) **Espaços Verdes de Recreio e Lazer** – parques urbanos; corredores verdes; jardins e espaços verdes; hortas urbanas; frentes marginais de rio ou de mar; espaços de recreio e lazer; recintos de recreio e lazer;
- (g) **Espaços de Transição** – espaços intersticiais; logradouro (espaço interior do quarteirão); espaços exteriores dos edifícios e sua envolvente; arcadas; escadarias;
- (h) **Infra-Estruturas de Subsolo** – rede de abastecimento de água potável; rede de distribuição de energia eléctrica e de gás; rede de drenagem de águas pluviais e de águas residuais; rede de recolha de resíduos sólidos urbanos; rede de semáforos; rede de telecomunicações e cabos de televisão;
- (i) **Outros Espaços** – cemitérios, entre outros;

Estes espaços apresentam valências distintas mas, simultaneamente, urbanisticamente complementares que são vitais na prossecução do projecto urbano que garanta uma convivência urbana salubre através da criação de espaços urbanos agradáveis e sustentáveis que transmitam a noção de bem-estar físico, visual e psicológico, isto é, que se afirmem qualitativamente pela sua singularidade. Contudo, a tendência de projectar a propósito da realização de “grandes empreendimentos” é redutora, e demasiado simples, na medida em que a cidade deve ser entendida como um todo incluindo diferentes partes que se interligam entre si e não (por partes) que se destacam e isolam das restantes.

### **EPU: Materialização ...**

Logo, e porque não convém que estes espaços sejam apenas conceito mas sim que se materializem, a concepção e execução tornam-se etapas fundamentais para o garante do destaque qualitativo e restantes objectivos pretendidos pelas cidades actuais.

A concepção de EPU não pode ser abordada isoladamente e como uma meta sectorial pois tem de se atender às políticas e instrumentos que lhes estão a montante, como seja o **Ordenamento do Território**, entendido como o “ (...) *resultado da implementação espacial coordenada das políticas económica, social, cultural e ecológica da cidade. É simultaneamente uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma*

*política que se desenvolve numa perspectiva interdisciplinar e integrada tendente ao desenvolvimento equilibrado (...) e à organização física do espaço segundo uma estratégia de conjunto.* ” (DGOTDU; 2000: p. 122). O atingir destas políticas torna-se possível mediante a aplicação do processo de Planeamento devido à execução de um conjunto de etapas para a acção (por via de instrumentos de gestão e desenvolvimento territorial) e da classificação e distribuição de classes de uso do solo sob a forma de zonamento. Remete-se, desta forma, para a noção que um território, independentemente da sua escala, necessita de um **Planeamento** coerente e flexível, ou seja, de um planeamento capaz de explorar as oportunidades, de promover o desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, que garanta e assegure a qualidade de vida das populações que “nele” vivem, trabalham e se divertem. Esta nova forma de pensar, planear e gerir o território exige, à partida, um conjunto de ideias, estratégias e acções a desenvolver, que devem estar formalizadas num **Plano** (documento vinculativo, logo, com força legal).

Atendendo aos Instrumentos de Gestão Territorial, instituídos pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, depreende-se que os EPU encontram-se, efectivamente, considerados no Plano de Urbanização no qual a sua concepção tem, a esta escala, alguma relevância na medida em que apresenta a responsabilidade de conceber a cidade como um espaço arquitectónico de qualidade onde o desenho urbano se começa a assumir de modo primordial.

Considera-se, contudo, que a qualidade de um espaço público urbano é, determinada, na maioria das vezes, pelo Plano de Pormenor uma vez que “ (...) *desenvolve e concretiza propostas de organização espacial de qualquer área específica do território municipal definindo com detalhe a concepção da forma de ocupação e servindo de base aos projectos de execução das infra-estruturas, da arquitectura dos edifícios e dos espaços exteriores, de acordo com as prioridades estabelecidas nos programas de execução constantes do plano director municipal e do plano de urbanização* ” (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, Art.º 90º). De um modo geral, o Plano de Pormenor destina-se, sobretudo, a conceber soluções urbanísticas de implantação tendo atenção aos direitos e deveres de terceiros (proprietários e outros titulares). A sua elaboração ultrapassa a simples configuração da planta do tecido urbano uma vez que são tomados em consideração aspectos como a gestão fundiária, a qualidade do tecido urbano e a gestão da via pública (através da articulação entre volumetrias de edifícios e espaço livre). Logo, este plano transmite particular preocupação com o EPU, enquanto condição essencial, para dotar a cidade de qualidade de vida, daí que o seu desenho urbano seja assumido com carácter único.



Nesta óptica, o EPU pode resultar de dois modos diferenciados: ou de um projecto concreto e fundamentado por via de uma Programação efectiva, (assente em instrumentos de gestão territorial), destes espaços (como primeiro plano); ou do esquecimento e mediante um arranjo posterior e forçado (como segundo, ou último, plano). Pelo exposto, urge repensar esta questão e colocar como objectivo máximo a Programação dos Espaços Públicos Urbanos como meio de garantir a qualidade de vida. Deste modo, é desejável, também, atender ao cuidado do seu traçado por via do Desenho Urbano que é “ (...) *um processo de análise e síntese que visa a concepção não só de objectos mas, principalmente, de sistemas espaciais que tenham o predicado de estarem adaptados a determinadas funções e factos, entendidos como conjuntos integrados de relações. No essencial, trata-se da arte de criar e transformar objectos definidores de espaço.*” (SIDÓNIO, P. et alli; 1998: p. 3). Como tal, permite idealizar, visual e espacialmente, todas estas estratégias e políticas (a montante) por meio da apresentação de várias alternativas.

Por motivos relacionados com competências e capacidades, na maioria das vezes, quem executa, verdadeiramente, os EPU são os privados que optam, na generalidade dos casos, por uma “*lógica produtivista do espaço urbano (...)*” (GONÇALVES, J., 2005) pelo que “*os responsáveis políticos e os funcionários tomam decisões (...) sem conhecer ou sem se preocupar com os efeitos sobre o tecido urbano e com os usos sociais que facilitam ou dificultam (...)*” (BRANDÃO, P.; REMESSAR, A., 2000).

Acresce-se ainda, que, analisando o actual procedimento de licenciamento urbanístico da Câmara Municipal de Lisboa, verifica-se que a tipologia de processos existentes (urbanização; pós-licenciamento: execução e utilização; edificação e outros) não remete para a obrigatoriedade de estudo aprofundado das soluções de EPU das propostas urbanísticas apresentadas pois o seu parecer fica ao cargo dos técnicos internos e externos da autarquia mas sem que a mesma possua uma estratégia pré-definida e uma auscultação devida da população e, respectivas, necessidades. Este facto atenua-se com alguns serviços disponibilizados como o atendimento técnico de urbanismo nas juntas de freguesia e atendimento e relações públicas do urbanismo, no entanto, a leitura do território é que deve ser re-equacionada passando a introduzir o EPU como elemento urbano estruturante.

Em suma, e porque concepção não implica, necessariamente, execução, são necessárias competências e poder instituído de modo a permitir que as várias iniciativas (públicas e privadas) se traduzam numa prática irrepreensível e num espaço inigualável. Contudo, não convém esquecer que neste processo as decisões contam imenso logo as opções tomadas podem ter consequências diferenciadas no território.

A percepção dos habitantes citadinos, de acordo com um estudo realizado, levou à “ (...) *concepção da cidade como local doentio, sujo, caótico, neurótico, onde impera o individualismo, a falta de solidariedade, a exploração, a competição, lugar da multidão solitária, da ausência de laços, da anomia, do espírito blasé, da falta de comunicação, da destruição das disposições comunitárias, etc. (...)* ” em oposição à “ (...) *concepção do meio rural como saudável, belo, calmo, organizado, solidário, lugar da independência, da cooperação, dos laços comunitários, onde todos se conhecem, todos se falam e todos se ajudam uns aos outros*” (CASANOVA, J. L.; 2001: p. 92). Logo, é conveniente alterar esta imagem urbana por via da introdução de alguma “ruralidade” e dotação de mais qualidade de vida uma vez que os seus habitantes não pretendem apenas qualidade e oferta em termos materiais mas também em muitos outros aspectos que pecam.

Assim, a realidade lisboeta dos EPU, de modo geral, denota aspectos positivos como seja a diversidade tipológica; elevada identidade urbana e carácter simbólico de certos lugares; vivência de bairro ainda se verifica; algumas operações de arranjo estético e funcional; existência de “equipamento urbano”, de apoio, diversificado; encontra-se ultrapassada a fase de resposta exclusiva às necessidades urbanas básicas (estradas e habitação social); começo de abandono da ideia de EPU como o espaço vazio das operações urbanísticas; adopção de parcerias na gestão da forma urbana; elevado grau de competitividade das cidades, representada pelo EPU; destaque territorial a várias escalas: regional, nacional e internacional; e o facto da nossa integração política (UE) remeter para estudos comparativos de qualidade de vida urbana o que induz maior empenho para melhor qualificação.

O mérito dos EPU, porém, ainda está longe de ser o mais satisfatório na medida em que a lista dos pontos fracos denota a urgência de implementação de alternativas passíveis de os atenuar e potenciar/criar pontos fortes. Assim, a generalidade dos novos EPU ignoraram os Princípios Sustentabilidade e são inadaptados aos “Novos Modos de Vida”; os EPU aparecem como segundo plano e sem programação adequada; apresentam barreiras físicas, visuais e sociais que dificultam o acesso; apresentam falta de interligação entre espaços com intervenções puramente estéticas; ostentam destaque excessivo e urbanisticamente desenquadrado dos Centros Comerciais; são fruto da tomada de decisões em desconhecimento dos efeitos no tecido urbano e da ausência de diálogo e troca de ideias na concepção; cuja privatização é excessiva, retira o acesso ilimitado e oferece funções públicas mais qualificadas que concorrem com os espaços específicos para essa finalidade; em que os hábitos e costumes dos utilizadores são indesejáveis e encontram-se directamente associados a um défice de cidadania, sociabilização e exigência de qualidade.

Ademais, em termos particulares, verifica-se que os EPU sofrem de pouca atractividade, versatilidade e animação urbana; distribuição e configuração inadequadas; invasão de veículos motorizados que causam poluição (visual, sonora e atmosférica) e atrofio funcional; estacionamento incongruente que limitam que certos espaços exerçam a função para a qual foram concebidos; aumento de elementos desprestigiados (contentores, vidrões) que, embora necessários para a recolha dos resíduos sólidos urbanos, também se traduzem em poluição visual e olfactiva; falta de limpeza (como efeito da limitação dos recursos por parte das entidades locais mas também da falta de cidadania), iluminação e segurança; inexistência e negligência de gestão que induz à sua degradação; e existência de “equipamentos urbanos” impróprios e inadequados podendo ser portadores de desqualificação estética, contribuindo para a degradação local;

Torna-se, pelo exposto, prudente garantir que a tarefa pública de concepção, execução, manutenção e monitorização do EPU seja cumprida com a maior qualidade possível, o que se obtém pela devida legislação, coordenação e fiscalização, por parte de intervenção pública, das actividades privadas (desejáveis mas desde que sejam respeitadoras dos objectivos e metas estabelecidas) e pela mudança de paradigma com abordagens alternativas no modo de encarar estes espaços. Assim, o cidadão, enquanto principal utilizador do EPU, suporta no seu dia-a-dia, directa e indirectamente, as consequências das interligações entre as várias componentes deste sistema territorial complexo e também tem responsabilidades no seu estado, daí que deva, também ele, ter um papel interventivo e ser envolvido na “ideia de cidade” para que o mesmo se identifique com ela. Esta assimilação pode levar a um resultado de sucesso e não o inverso o que contribui para uma projecção urbana qualitativa na qual se reconhece a responsabilidade de cada um de nós e a predisposição para a mobilização social e para a tomada de acções (diferentes das actuais).

### **Identidade Urbana Participada ...**

Atenda-se a “ (...) *uma nova cidade de sítios que se pretende produzir, associada a um conceito onde a mobilidade e o cosmopolitismo ocupam uma centralidade inegável, mas não devidamente suportada nos três grandes valores urbanos (paisagem global, democracia, abertura). De facto, esta nova cidade é composta por pedaços, áreas dedicadas não raro de apreciável qualidade, inovadoras e bem integradas em espaços vastos, mas sem que haja um sentido sistémico para o conjunto do espaço urbano. E uma cidade fragmentada ou estilhaçada (...) não é democrática, não valoriza suficientemente os outros, não produz paisagens globais.*” (PORTAS, N.; DOMINGUES, A.; CABRAL, J.; 2003: p. 225).

Indubitavelmente, “ (...) um projecto de espaço público deve apoiar-se em valores éticos, da liberdade, tolerância e solidariedade” (BRANDÃO, P.; REMESSAR, A., 2000).mas “na prática, o processo de concepção (...) corre à margem do diálogo e da troca de ideias (...). Resta-lhes discutir a solução final, sem lhes ser dada a possibilidade de reflectir ao longo do processo sobre as questões de fundo” (BRANDÃO ALVES, F.: 2003). Remete-se, então, para “ (...) participação dos cidadãos, (...) debate político e cultural no qual podem intervir muitos agentes, moradores presentes e futuros, utentes de trabalho, de lazer e ocasionais ou de passagem. Ninguém é proprietário exclusivo de uma qualquer parcela de território: nem o município, nem o promotor, nem os moradores. O debate dos cidadãos há-de estar orientado por objectivos políticos explícitos, é necessário fazer emergir os valores culturais e os interesses sociais implícitos” (BRANDÃO, P.; REMESSAR, A., 2000).

Por conseguinte, e considerando as palavras de Antoni Remessar cuja experiência remonta a Barcelona e cujo resultado é perceptível pelo destaque urbanístico desta cidade, “devem-se apresentar propostas técnicas e financeiras com a máxima clareza, o que parece óbvio, mas que muitas vezes não se faz” uma vez que “programar a participação deste modo supõe estar-se disposto a transferir parte da “tomada de decisões” para a população e requer métodos que permitam uma operacionalidade política. Em geral, entende-se a participação como um processo de consulta, de informação, sobre as decisões do tipo estratégico que se tomaram a nível da administração e que foram desenvolvidas pelo aparelho “tecno-burocrático” de especialistas. No entanto, “ (...) negociar a “forma do espaço” com os cidadãos supõe correr-se o risco de se perder a capacidade na decisão edificadora, ou perder, em definitivo, metros quadrados de rentabilidade económica” (BRANDÃO, P.; REMESSAR, A., 2000

Assim, torna-se perceptível a necessidade de investir na consciencialização dos técnicos e na participação no processo de concepção de EPU. O processo de licenciamento dos mesmos pode sofrer alterações efectivas e com tradução espacial se forem considerados como participantes (do processo) os residentes locais, os residentes das áreas envolventes (à intervenção proposta), a população em geral (que inclui os residentes mas também os trabalhadores, visitantes, empresários, entre outros), os técnicos e os políticos.

Esta participação pode ser implementada em espaços diferenciados: Tecido Urbano Consolidado (centro histórico); Espaços Fragmentados (freguesia de Marvila devido ao seu carácter urbano e social problemático e afastado do tecido envolvente); Espaços Novos (intervensões completamente isentas de referencias ou que remetam para o não aproveitamento das mesmas); ou Espaços Oportunidade (áreas expectantes nas quais pode surgir uma proposta única como por exemplo a Expo 98). Assim, o tipo de operação a

sucedem no EPU também é diferenciada e relaciona-se directamente com o território em si mas também com as pretensões público/privadas. Assim, pode tratar-se da criação de espaços; reabilitação (em que a essência fundamental se mantém) processada através da conservação, recuperação ou readaptação; reconversão (com transformação da pré-existência) e articulação com os espaços novos por via de introduções espaciais.

O bom senso, também aqui, deverá imperar pois, embora considere imprescindível a participação pública na concepção de EPU (pelas razões explanadas ao longo do presente texto), não creio que o nível dessa participação deva ser igual em todas as tipologias de espaço. De facto, todos têm um cariz organizativo e identitário assináveis que condicionam a vivência urbana mas nem todos podem ser equacionados pela globalidade dos participantes como seja, por exemplo, algumas infra-estruturas de subsolo que requerem conhecimentos técnicos específicos e não introduzem alterações muito significativas no tecido urbano. Como tal, creio que existem, pelo menos três grupos de espaços que são de participação obrigatória por se tratarem de elementos morfológicos essenciais na definição da forma urbana e, conseqüentemente, na identidade urbana participada: Corredores e Elementos Estruturantes; Praças, Largos e Passeios; Espaços Verdes de Recreio e Lazer.

Assim, remete-se para a oportunidade de alteração dos procedimentos actuais caso a Câmara (entidade reguladora) assumira um compromisso global de EPU mediante a sua caracterização actual, diagnóstico prospectivo, programação de necessidades e definição de propostas espaciais e funcionais. Logo, se fosse efectuado um pedido de licenciamento com uma proposta urbanística teria de ser equacionada e verificada a sua conformidade com estes aspectos, seguidamente alvo de processo participativo para que o resultado possa ser uma proposta final validada por todos os actores e agentes territoriais que, ao ser implementada no território, seja recebida com total aceitação e agrado.

Se equacionar-se que “ *uma mudança física requer um tempo muito menor que uma mudança social.*” (BRANDÃO, P.; REMESSAR, A., 2000: p.126), esta Identidade Urbana Participada não será um facto do presente mas que, efectivamente, pode ser alcançada se forem tomadas medidas imediatas e se conseguir começar a moldar o modo de encarar o projecto urbano.

### **A Estratégia a Adoptar ...**

*Se hoje, a ideia de espaço público urbano é central no discurso que visa a qualificação do espaço urbano, é porque ele foi posto em causa pelas práticas sociais, urbanísticas e económicas. O desencontro entre o uso e a oferta dos EPU de qualidade aprofunda-se, na medida em que os mecanismos propostos pelo segundo começam a ser menos sedutores que a potencial procura noutros espaços alternativos (...). “ Os espaços*

*públicos têm sido, em simultâneo, alvo de intervenção por parte dos poderes públicos, no sentido da sua (re)qualificação e do renovar do seu histórico protagonismo, mas até agora não têm sido capazes de promover, de forma consolidada e generalizada, o retorno à rua, à praça, ao largo, caminhando, pelo contrário, na direcção da pura estetização do espaço (arte pública, mobiliário, design urbano), sem consequências efectivas no seu uso (...). Mas é forçoso reconhecer que o papel simbólico e de representação política e cultural não tem um carácter contemporâneo, antes associando-se ao que de mais intrínseco existe no processo milenar de construção urbana”. Logo, “a função de integração e de aprendizagem da cidadania não pode ser eficazmente cumprida a partir do esvaziamento dos EPU existentes e da lógica política e técnica que tem imperado na criação dos novos”.* (GONÇALVES, J., 2005: p. 48, 52 e 127)

Face ao contexto de globalização e competitividade crescente, os territórios à semelhança das empresas, têm também necessidade “de desenvolver estratégias ofensivas de afirmação, recorrendo à mobilização de todos os recursos conhecidos para atrair e fixar os escassos bens e factores do desenvolvimento (...) utilizando todos os meios ao seu alcance para promover a inovação nas frentes para que estão mais apetrechados” (CIDRAIS, A. :1998).

A estratégia apresentada, assente na Identidade Urbana por via da Participação no Espaço Público Urbana, constitui uma oportunidade passível de suceder num território herdado pois equaciona as diferentes possibilidades de intervenção, sendo o seu resultado indutor de competitividade qualitativa e excelência territorial. E, neste sentido, sendo o Marketing Territorial um instrumento essencial para o seu desenvolvimento, permite uma promoção urbana local, urbana, regional, nacional e internacional, constituindo-se como um processo de gestão territorial e de descentralização de poder, bem como “*um dos elementos fundamentais do planeamento estratégico das cidades e dos territórios*” (CIDRAIS, A.: 1998) que consolida a sua imagem urbana.

### **Bibliografia ...**

- ALVES CORREIA, F.; Direito do Ordenamento do Território e do Urbanismo (Legislação Básica), Livraria Almedina, 6ª Edição; (Maio) 2004, Coimbra;
- BRANDÃO ALVES, F. M.; Avaliação da Qualidade do Espaço Publico Urbano. Proposta Metodológica; Fundação Calouste Gulbenkian – FCT; (Janeiro) 2003; s/l;
- BRANDÃO, P.; REMESAR, A.; Design Urbano Inclusivo: uma experiência de projecto em Marvila “Fragmentos e Nexos”, CPD, 2004, Lisboa;
- BRANDÃO, P.; REMESAR, A.; *O Espaço Público e a Interdisciplinaridade*, CPD, 2000, Lisboa;



- BRANDÃO, P.; CARRELO, M.; ÁGUAS, S.; *O Chão da Cidade – Guia de Avaliação do Design de Espaço Público*, CPD, 2002, Lisboa.
- CASANOVA, José Luís; *Ambiente Urbano – Representações Sociais e Cidadania – Concepções, Problemas e Responsabilidades Ambientais em Lisboa*; in *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 2, CET – ISCTE; (Junho) 2001;
- CARVALHO, J., *Ordenar a Cidade*, Quarteto Editora, 2003, Coimbra;
- CASTRO, Alexandra; *Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade – Contributos para uma Reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos*; in *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 5, CET – ISCTE; (Dezembro) 2002;
- CIDRAIS, A., *O Marketing Territorial aplicado às cidades médias portuguesas: os casos de Évora e Portalegre*, Departamento de Geografia da Faculdade Letras – Universidade de Lisboa, Fevereiro de 1998; Lisboa;
- CONSELHO EUROPEU DE URBANISTAS; *A Nova Carta de Atenas de 2003*; 2003; Lisboa;
- COSTA LOBO, Manuel, *Planeamento Regional e Urbano*, Universidade Aberta, 1999, Lisboa;
- COSTA LOBO, Manuel; PARDAL, Sidónio Costa; CORREIA, Paulo V. D.; SOUSA LOBO, Margarida; *Normas Urbanísticas, Princípios e Conceitos Fundamentais*; Volume I, 2ª Edição; DGOTDU – UTL; 1995; Lisboa;
- COSTA LOBO, Manuel; PARDAL, Sidónio Costa; CORREIA, Paulo V. D.; SOUSA LOBO, Margarida; *Normas Urbanísticas, Elementos de Direito Urbanístico, Loteamentos Urbanos, Ordenamento Agro-Florestal*; Volume III, DGOTDU – UTL; 1993; Lisboa;
- DGOTDU; *Vocabulário de Ordenamento do Território*, Coleção Informação 5, Direcção de Serviços de Estudos e Planeamentos Estratégicos, 2000; Lisboa;
- FERREIRA, Vítor Matias; CASTRO, Alexandra; SEIXAS, João et alli; *Morfologias Urbanas e Espaços Públicos na Metrópole de Lisboa*; in *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 5, CET – ISCTE; (Dezembro) 2002;
- FERREIRA, Vítor Matias; *Protagonismo Urbano e Projecto de Cidade – A Condição Pública e Patrimonial das Cidades*; in *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 2, CET – ISCTE; (Junho) 2001;
- GOITIA, Fernando Chueca; *Breve História do Urbanismo*; 1ª Edição; Editorial Presença; 1982; Lisboa;
- GONÇALVES, J.; *Os Espaço Públicos na Reconfiguração Física e Social da Cidade*, Tese de Doutoramento apresentada na UNL–FCSH, 2005, Lisboa;
- INDOVINA, Francesco; *O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança*; in *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 5, CET – ISCTE; (Dezembro) 2002;

- PARDAL, Sidónio Costa; CORREIA, Paulo V. D.; COSTA LOBO, Manuel; *Normas Urbanísticas, Desenho Urbano Apreciação de Planos Perímetros Urbanos*, Volume II, 2ª Edição; DGOTDU – UTL; 1998; Lisboa;
- PORTAS, N., DOMINGUES, A., CABRAL, J.; *Políticas Urbanas – Tendências, estratégias e oportunidades*; FCG, 2003; Lisboa;
- RESSANO GARCIA LAMAS, J. M., *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*, FCG, 2ª Edição, 2000, Lisboa;
- SIMÕES, Jorge Falcato; *Cidade para todos*; in *Sociedade e Território*; n.º 33; (Fevereiro) 2002;
- *Decreto-Lei n.º 380/99*, de 22 de Setembro, alterado pelo *Decreto-Lei n.º 310/2003*